

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS**

**GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA E  
DA QUALIDADE EDUCACIONAL NO CURIMATAÚ ORIENTAL  
PARAIBANO**

EMANUELLE ALVES DE LIMA

Bananeiras

Maior, 2025

EMANUELLE ALVES DE LIMA

**AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA E  
DA QUALIDADE EDUCACIONAL NO CURIMATAÚ ORIENTAL  
PARAIBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, da Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

**Docente Orientador:** Prof. Dr. José Mancinelli Lêdo do Nascimento

Bananeiras

Maio, 2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732a Lima, Emanuelle Alves de.

Agenda 2030: uma análise da erradicação da pobreza e da qualidade educacional no Curimataú Oriental paraibano / Emanuelle Alves de Lima. - Bananeiras, 2025.

52 f.

Orientação: José Mancinelli Lêdo do Nascimento.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Agenda 2030. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Educação. I. Nascimento, José Mancinelli Lêdo do. II. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

CDU 658 (043)

## Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração.

**Aluno:** Emanuelle Alves de Lima.

**Trabalho:** Agenda 2030: uma análise da erradicação da pobreza e da qualidade educacional no Curimataú Oriental paraibano.

**Data de aprovação:** 07/05/2025.

### Banca examinadora

Documento assinado digitalmente  
 JOSE MANCINELLI LEDO DO NASCIMENTO  
Data: 09/05/2025 09:57:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. José Mancinelli Lêdo do Nascimento

Orientador

Documento assinado digitalmente  
 PATRICIA ARAUJO AMARANTE  
Data: 09/05/2025 15:34:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patrícia Araújo Amarante

Examinador

Documento assinado digitalmente  
 OCINO BATISTA DOS SANTOS JUNIOR  
Data: 09/05/2025 21:10:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Bel. Ocino Batista dos Santos Júnior

Examinador

Dedico este trabalho à minha inigualável avó Maria Floripes Alves (*in memoriam*). Seu legado de amor é a força motriz de todas as minhas conquistas.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por me abençoar com muito mais do que eu mereço, me dar a força necessária para superar as adversidades e sempre me possibilitar o vislumbre de novos começos.

Aos meus queridos pais, por apoiarem os meus sonhos e me fornecerem todo o suporte para que eu pudesse concretizá-los. Obrigada por acreditarem em mim mais do que eu mesma. Os amo muito.

Às minhas avós, Maria da Glória e Maria Floripes (*in memoriam*) por me mostrarem o quanto o amor cura e pode nos fazer alçar voos mais altos. As amarei eternamente.

À minha irmã de alma e coração, Alana Priscila Alves, por sempre comemorar as minhas conquistas como se fossem suas. Nenhuma palavra é capaz de exprimir a minha gratidão por sua existência nesta terra.

A todos os meus familiares e amigos que contribuíram com a construção deste trabalho, desde conselhos sobre a escrita acadêmica até conversas cotidianas que aqueceram o meu coração e me impulsionaram a continuar. Sou grata por tê-los.

Aos amigos mais próximos que a graduação me trouxe: Gláucia, Carlos e Rayra. Gratidão pelo ombro amigo e por nunca soltarem a minha mão. A jornada seria infinitamente mais difícil e menos feliz sem vocês.

Aos professores do Bacharelado em Administração da UFPB Campus III, que através de seu trabalho e dedicação me capacitaram para a construção deste trabalho, obrigada por tanto.

Ao meu ilustre orientador José Mancinelli, por toda a contribuição, paciência e compreensão a mim dedicadas durante este período, agradeço.

*“É justo que muito custe o que muito vale.”*

*— Santa Teresa D’Ávila*

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 4 — Erradicação da Pobreza e Educação de Qualidade — na microrregião do Curimataú Oriental paraibano. A partir de dados secundários extraídos de fontes como o IBGE, Atlas Brasil e relatórios do PNUD, investigam-se as condições socioeconômicas e educacionais da região entre os anos de 1991 e 2023. A pesquisa tem como limitação a desatualização dos dados e a escassez de indicadores municipais. O estudo adota uma abordagem quantitativa, com base em análise estatística descritiva dos indicadores socioeconômicos e análise crítica. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços pontuais, ainda persistem desigualdades significativas, fruto de um modelo de desenvolvimento historicamente concentrado nos grandes centros urbanos. Conclui-se que o alcance das metas da Agenda 2030 exige políticas públicas sistêmicas, integradas e sensíveis às realidades locais.

**Palavras-chave:** Agenda 2030. Desenvolvimento Sustentável. Educação. Pobreza. Políticas Públicas.

## **2030 AGENDA: AN ANALYSIS OF POVERTY ERADICATION AND EDUCATIONAL QUALITY IN EASTERN CURIMATAÚ, PARAÍBA**

### **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the Sustainable Development Goals (SDGs) 1 and 4 — Poverty Eradication and Quality Education — in the microregion of Eastern Curimataú, Paraíba. Based on secondary data from sources such as IBGE, Atlas Brasil, and UNDP reports, the study examines the socioeconomic and educational conditions of the region between 1991 and 2023. The research is limited by outdated data and the scarcity of municipal indicators. A quantitative approach is adopted, combining descriptive statistical analysis of socioeconomic indicators and critical. The findings reveal that despite punctual improvements, significant inequalities remain due to a historically centralized development model. The study concludes that achieving the 2030 Agenda targets requires systemic, integrated public policies that are sensitive to local realities.

**Keywords:** 2030 Agenda. Sustainable Development. Education. Poverty. Public Policy.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	22
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> — Índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil e suas macrorregiões nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	30
<b>Tabela 2</b> — Indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1: Erradicação da Pobreza e 4: Educação de Qualidade, no Brasil e suas macrorregiões entre os anos de 2017 e 2023.....	31
<b>Tabela 3</b> — Índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal nos estados da macrorregião Nordeste nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	32
<b>Tabela 4</b> — Indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1: Erradicação da Pobreza e 4: Educação de Qualidade, na macrorregião Nordeste entre os anos de 2017 e 2023.....	33
<b>Tabela 5</b> — Índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal nos municípios da microrregião do Curimataú Oriental paraibano nos de 1991, 2000 e 2010.....	35
<b>Tabela 6</b> — Índices referentes a Trabalho e Rendimento, Economia e Educação nos municípios da microrregião do Curimataú Oriental paraibano entre os anos de 2010 e 2023.....	36

## LISTA DE SIGLAS

**AL** – Alagoas

**BA** – Bahia

**BR** – Brasil

**CDS** – Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável

**CE** – Ceará

**CMMAD** – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

**CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

**CO** – Centro Oeste

**GSDR** – Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IPCC** – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática

**MA** – Maranhão

**N** – Norte

**NE** – Nordeste

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PB** – Paraíba

**PE** – Pernambuco

**PI** – Piauí

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

**RN** – Rio Grande do Norte

**S** – Sul

**SE** – Sudeste

**SG** – Sergipe

**SDGs** – Sustainable Development Goals

**SIDRA** – Sistema IBGE de Recuperação Automática

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UN** – United Nations

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1	ENFOQUES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SÍNTESE DAS PROPOSITURAS.....	16
2.1.1	DINÂMICA DA DIMENSÃO ECOLÓGICA.....	16
2.1.2	DINÂMICA DA DIMENSÃO ECONÔMICA.....	17
2.1.3	DINÂMICA DA DIMENSÃO SOCIAL.....	19
2.2	AGENDA 2030 NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.3	CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	25
2.4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E MITIGAÇÃO DA POBREZA.....	27
<b>3</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Sustentável conquistou ampla disseminação entre os séculos XX e XXI, caracterizado pelas múltiplas visões e definições a ele atribuídas. Formalizado de modo mais elaborado em 1987 através do relatório Informe Brundtland, intitulado *Nosso futuro comum* pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o Desenvolvimento Sustentável é estabelecido como a harmonização entre tecnologia, instituições, investimentos e exploração de recursos com a finalidade de atender as necessidades humanas, enfatizando a incompatibilidade com a pobreza (Dias, 2019; CMMAD, 1991).

À luz da escrita de Leff (2011) e Dias (2019) abordar-se-á a evolução da discussão ambiental, compreendendo-a desde sua gênese até os dias hodiernos. A exploração de recursos naturais proveniente da Revolução Industrial no século XVIII manteve-se sem questionamentos até a década de 1960, onde há a eclosão da reflexão voltada à questão ambiental. Os anos 60 trazem indicadores da formação de uma nova consciência ambiental através da publicação de exemplares como o livro *Silent Spring* de Rachel Carson (1962) que expôs os perigos do inseticida DDT e chamou atenção para a inspeção do meio ambiente em diversos países, além da criação do Clube de Roma (1968) com o intuito de promover o entendimento acerca da interdependência econômica, política, natural e social.

Nos anos 70 surgem marcos dos limites impostos pela natureza à economia, impulsionados tanto pela deterioração ambiental quanto pelo vislumbre do esgotamento de recursos naturais cada vez mais evidente. Cabe destacar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo, onde foi proposto o desenvolvimento de uma educação ambiental baseada em uma visão holística da realidade e interdisciplinaridade, o que culminou em uma declaração sobre o ambiente humano, um plano de ação mundial e a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). No mesmo ano, o Clube de Roma publicou um estudo chamado *Os Limites do Crescimento*, abordando problemas fundamentais para o desenvolvimento no futuro, como energia, ambiente e poluição (Meadows *et al.*, 1973).

A década de 1980 apresenta adventos significativos. O conceito de sustentabilidade é definido através do documento *Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza* como a característica de um processo ou estado que consegue se manter indefinidamente (UICN, 1980). Em 1983 a Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), responsável por publicar em 1987 o documento

supracitado conhecido como Informe Brundtland, que define as premissas do Desenvolvimento Sustentável, aborda a correlação entre os conceito-chave de necessidades humanas e limitações do meio ambiente, estabelecendo por fim os principais objetivos das políticas desenvolvimentistas e ambientais, o que impulsionou uma série de movimentações em prol do alcance da sustentabilidade.

De modo subsequente às sementes plantadas no final da década de 1980, no ano de 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, da qual resultaram cinco documentos principais: Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Convênio sobre a Diversidade Biológica; Convênio sobre Mudanças Climáticas; Declaração de princípios para a gestão sustentável das florestas; e o Programa das Nações Unidas para o século XXI, conhecido como Agenda 21, que possui maior abrangência e estabelece parâmetros para obtenção do desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, ambiental e social. Em complemento, foi criada a Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS) para assegurar a implementação das propostas da CNUMAD.

O início de um novo milênio é marcado pela realização da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em 2002. Conhecida como Rio+10, o evento teve como objetivo reavaliar a situação do meio ambiente, buscando implementar as medidas adotadas na CNUMAD. No ano de 2005 entrou em vigor o Protocolo de Kyoto, um acordo ambiental para o controle da emissão de gases do efeito estufa na atmosfera. Em contrapartida, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) publicou no ano de 2007 um relatório apontando as consequências do aquecimento global até o ano de 2100 caso a humanidade não tome medidas para mitigá-lo.

Abordando enfim o último decênio do retrospecto, é divulgada no ano de 2010 a norma ISO 26000. Voltada para a responsabilidade social, a diretriz apresenta às organizações recomendações sobre padrões, procedimentos e boas práticas quanto à sustentabilidade empresarial (INBS, 2020). Em 2011, o PNUMA divulgou o documento intitulado Rumo à economia verde, que aborda caminhos para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, sendo primordial para o marco seguinte: A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no ano de 2012. Conhecida como Rio+20, a agora culminou em dois resultados: um documento denominado O futuro que queremos e a decisão de formar um grupo de trabalho destinado a elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) realizáveis até 2030. Finalmente, no ano de 2015 foi divulgada uma

declaração intitulada Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 é um plano de ação que busca promover em 15 anos o desenvolvimento das pessoas, da Terra, da prosperidade, paz e parceria dentro dos limites do planeta. Foram estipuladas 169 metas aspiracionais e globais, distribuídas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esses objetivos buscam de modo geral assegurar a todos os cidadãos o fim da pobreza e da fome, uma vida saudável, bem-estar, educação de qualidade, água e saneamento, acesso à energia, sustentabilidade na produção e consumo, igualdade de gênero, crescimento econômico e trabalho decente, promoção da industrialização, inovação e infraestrutura sustentáveis, redução das desigualdades, combate e mitigação dos impactos das mudanças climáticas, conservação dos recursos marinhos, proteção da vida terrestre, sociedades pacíficas, inclusivas, justas e unidas a nível global em prol do desenvolvimento sustentável (ONU Brasil, 2015).

O preâmbulo da declaração reconhece a escala e a ambição da Agenda 2030, diretamente proporcionais à dificuldade de sua implementação. Em 2023, o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável (GSDR) pontuou o momento crítico pelo qual o mundo passa, uma vez que a meio caminho de 2030, a mudança incremental e fragmentada não é suficiente para alcançar o desenvolvimento sustentável (UN, 2023). Ademais, os objetivos de desenvolvimento sustentável são definidos como integrados e indivisíveis (ONU Brasil, 2015), o que permite inferir que o não cumprimento de um único objetivo impactará negativamente e severamente os demais.

Para fins de especificação da pesquisa, foram selecionados dois dos dezessete objetivos para análise: Objetivo 1: Erradicação da Pobreza e Objetivo 4: Educação de Qualidade. Foi definido como espaço geográfico a microrregião do Curimataú Oriental no estado da Paraíba, que conta com os 7 municípios de Araruna, Cacimba de Dentro, Casserengue, Dona Inês, Riachão, Solânea e Tacima (Claudino *et al.*, 2021).

A justificativa desta pesquisa se respalda no interesse de analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável de erradicação da pobreza e educação de qualidade. A presente proposta contribuirá para um melhor entendimento das influências mútuas entre os aspectos supracitados, considerando a escassez de pesquisas na área temática e verificação da implementação parcial da Agenda 2030 na microrregião em questão, que também não é objeto de muitas produções acadêmicas.

À vista disso, este trabalho está dividido nas seguintes seções: em primeiro lugar está o referencial teórico, abordando as temáticas dos enfoques do desenvolvimento sustentável,

agenda 2030, cidadania e desenvolvimento local, educação de qualidade e mitigação da pobreza; seguido pelos aspectos metodológicos, onde serão apresentados materiais e métodos utilizados; os resultados obtidos; discussão e considerações finais e, finalmente, as referências bibliográficas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ENFOQUES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SÍNTESES DAS PROPOSITURAS

Esta seção explora as dinâmicas inter-relacionadas das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável à luz da escrita de autores como Raskin (2010), Rutherford (1997) e Sen (2018). Cada um deles contribui para a formulação de um modelo de desenvolvimento que objetiva garantir prosperidade a longo prazo, sem colocar em risco as oportunidades futuras. A dimensão ecológica aborda de que forma os organismos se conectam com o ambiente, bem como a necessidade de proteção aos recursos naturais. A dimensão econômica foca na produção, distribuição e consumo de bens e serviços, enfatizando políticas para o crescimento sustentável e estabilidade econômica. A dimensão social investiga as relações humanas e as estruturas sociais, destacando equidade, justiça social e bem-estar.

#### 2.1.1 - DINÂMICA DA DIMENSÃO ECOLÓGICA

A dimensão ecológica refere-se ao estudo das interações entre organismos e seu ambiente. Esta dimensão é representada por análises relativas ao meio ambiente, aos recursos naturais, à natureza, ao ecossistema, à degradação e preservação ambiental, à valoração ambiental, às externalidades, à poluição, aos dejetos e às tecnologias limpas (Iaquinto, 2018; Moretto & Giacchini, 2006).

A ecologia enquanto ciência investiga as interações entre seres vivos e seu ambiente. A dimensão ecológica inclui a análise dos processos naturais que sustentam a vida na Terra, como ciclos biogeoquímicos, fluxo de energia e estrutura das comunidades biológicas (Iaquinto, 2018). As ações humanas têm um efeito significativo nessa esfera. O desmatamento reduz a biodiversidade e altera ciclos biogeoquímicos, enquanto a poluição do ar e da água compromete a saúde dos ecossistemas. Além disso, as alterações climáticas resultantes da liberação de gases de efeito estufa alteram padrões climáticos e ciclos naturais, o que afeta a distribuição e abundância de espécies (Alho, 2012). Tais impactos enfatizam a urgência em integrar conhecimentos ecológicos acerca de políticas e práticas para promoção da resiliência dos ecossistemas e conservação da biodiversidade.

Para Rutherford (1997), a sustentabilidade na perspectiva ambiental preocupa-se principalmente com os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Esta

preocupação é expressa pelo conceito de capital natural, no qual a produção primária oferecida pela natureza é a base fundamental sobre a qual se assenta a espécie humana (Van Bellen, 2010).

Sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta através da utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, mantendo um nível mínimo de deterioração (Costa, 2009). Além disso, a defesa do meio ambiente é uma previsão constitucional destinada a harmonizar a atividade econômica e a preservação ambiental, conforme disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (Venturini, 2015). É necessário reduzir a utilização de combustíveis fósseis, diminuir a emissão de substâncias poluentes, adotar políticas de conservação de energia e recursos, substituir recursos não renováveis por renováveis e aumentar a eficiência na utilização dos recursos (Sachs, 1997; Van Bellen, 2010).

Para lidar com as dificuldades apresentadas pela dinâmica ambiental, é crucial incorporar métodos sustentáveis, como a preservação e revitalização de ambientes naturais, a adoção de abordagens agrícolas e de pesca que sejam éticas, e a incentivação da conscientização sobre o meio ambiente. Políticas públicas eficazes e a conscientização global são essenciais para assegurar a preservação dos recursos naturais e a manutenção do equilíbrio ecológico (Sukhdev & Sharma, 2010).

### 2.1.2 - DINÂMICA DA DIMENSÃO ECONÔMICA

A dimensão econômica examina as interações e processos que moldam o funcionamento das economias, incluindo a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A dinâmica da economia envolve uma interação complexa entre produção, mercados, crescimento e políticas, o que torna a análise contínua das tendências e desafios crucial para formular políticas que atendam às necessidades atuais e futuras das economias globais, além de promover o crescimento sustentável e a estabilidade econômica (Daly & Farley, 2011).

As avaliações relacionadas à produção consideram aspectos como a acumulação de capital, as atividades manufatureiras, a produção agrícola e industrial, o comércio de bens e o comércio internacional (exportações), a produtividade, o lucro e os rendimentos do capitalista, os investimentos, o progresso técnico, a concentração de renda, a exploração do trabalhador, a condição de pleno emprego, as possibilidades de expansão econômica, as expectativas empresariais e a alocação de recursos (Moretto & Giacchini, 2006).

A produção é o processo de criação de bens e serviços por meio da utilização de recursos disponíveis, como trabalho, capital e tecnologia. A produtividade, medida como a quantidade de output por unidade de input, é um fator crucial para o crescimento econômico. Avanços tecnológicos e melhorias na eficiência dos processos produtivos contribuem para aumentos na produtividade, que, por sua vez, impulsionam o crescimento econômico e o aumento do padrão de vida (King *et al.*, 2014).

Segundo Daly (1994; 1992), a teoria econômica deve focar em três objetivos: alocação, distribuição e escala. A alocação diz respeito à distribuição eficiente dos recursos baseando-se na capacidade de pagamento. A distribuição envolve a divisão justa dos recursos entre as pessoas. A escala refere-se ao volume de recursos retirados e devolvidos ao ambiente. Daly critica a visão da economia que assume recursos e capacidade de absorção de resíduos como ilimitados, levando a crises quando a demanda supera os limites ambientais. Assim, a sustentabilidade econômica requer não só a alocação e distribuição eficientes, mas também a manutenção de uma escala apropriada (Van Bellen, 2010).

Os mercados são mecanismos que permitem a troca de bens e serviços entre compradores e vendedores. A teoria da oferta e demanda é central para entender como os preços são determinados e influenciam o comportamento econômico. A interação entre oferta e demanda ajusta os preços e a quantidade de bens e serviços produzidos, refletindo as preferências dos consumidores e a disponibilidade de recursos (Mankiw, 2013).

O crescimento econômico refere-se ao aumento da produção de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo. Fatores como investimentos em capital humano, inovação tecnológica e políticas econômicas favoráveis desempenham papéis cruciais no estímulo ao crescimento. Economias que adotam políticas de incentivo ao empreendedorismo, educação e infraestrutura tendem a experimentar um crescimento mais robusto e sustentável (Barro & Sala-i-Martin, 2004).

As políticas econômicas, incluindo políticas fiscais e monetárias, têm um impacto significativo na economia: políticas fiscais envolvem a arrecadação de impostos e o gasto público, enquanto as políticas monetárias se referem ao controle da oferta de dinheiro e das taxas de juros. Ambas são utilizadas para estabilizar a economia, controlar a inflação e promover o emprego, e sua eficácia pode variar conforme as condições econômicas e os objetivos governamentais (Mankiw, 2013).

A desigualdade econômica refere-se à disparidade na distribuição de renda e riqueza entre diferentes indivíduos e grupos dentro de uma economia. Essa desigualdade pode afetar o crescimento econômico e a coesão social. Políticas de redistribuição e programas sociais visam

reduzir a desigualdade e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos, contribuindo para a estabilidade e o desenvolvimento econômico a longo prazo (Stiglitz, 2012).

### 2.1.3 - DINÂMICA DA DIMENSÃO SOCIAL

Esta dimensão engloba análises sobre as interações e estruturas que moldam o comportamento humano em distintos contextos sociais, incluindo a distribuição de renda, o bem-estar social da população, a educação, o saneamento básico, a saúde pública, a justiça social, a cultura, o lazer, a pobreza, a miséria, o crescimento demográfico, o nível de vida da população e a estrutura social (Moretto & Giacchini, 2006). No âmbito científico, essa dinâmica é estudada por meio de várias disciplinas, como a sociologia, psicologia social e antropologia, que investigam como as normas, valores e instituições sociais influenciam e são influenciadas pelos indivíduos, auxiliando na identificação de padrões sociais e no desenvolvimento de estratégias para promover o bem-estar coletivo (Parsons, 2010).

A estrutura social é um elemento fundamental desta dimensão, incluindo entidades como família, educação e governo, bem como as normas e diretrizes que orientam o comportamento dos indivíduos. Fatores como mudança cultural, mobilidade social e políticas públicas condicionam a dinâmica dessa estrutura, ao passo que as transformações sociais têm o potencial de modificar as formas de interação e posicionamento dos indivíduos dentro da sociedade (Setton, 2011).

A interação social é um conceito determinante nas relações sociais desenvolvidas por indivíduos e grupos, sendo indispensável para a constituição das sociedades (Diana, [s.d.]). A dinâmica dessa interação pode ser analisada por meio de teorias como o interacionismo simbólico, discutido por Carvalho *et al.* (2010), que enfatiza a relevância dos significados compartilhados e das expectativas sociais na formação das relações interpessoais. Adicionalmente, as interações sociais são influenciadas por fatores como o status social, a identidade e os papéis sociais.

A perspectiva social da sustentabilidade possui enfoque na presença humana na ecossfera e as condições que aumentam a qualidade de vida. Rutherford (1997) argumenta que a preservação do capital social e humano é crucial e que seu aumento deve gerar benefícios. Embora o conceito de bem-estar seja complexo de definir e medir, a riqueza é apenas um componente da sustentabilidade. O acesso a serviços essenciais, como água tratada, ar puro, serviços médicos, proteção, segurança e educação, pode ou não estar vinculado à riqueza da sociedade. Sachs (1997) define sustentabilidade social como um processo de desenvolvimento

que promove crescimento estável com distribuição equitativa de renda, reduzindo desigualdades sociais e melhorando as condições de vida das populações (Van Bellen, 2010).

## 2.2 AGENDA 2030 NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O encerramento do século XX iniciou as primeiras discussões acerca da necessidade de uma forma de desenvolvimento diferente do habitual, não mais focada apenas no consumo dos recursos. Diante da inevitável escassez dos recursos naturais com o consumo exacerbado, foram tomadas iniciativas a nível global com a finalidade de traçar estratégias para mitigar a situação, através de eventos reunindo líderes de vários países ao longo dos anos (Dias, 2019).

Até os dias atuais, é possível delinear uma cronologia dos eventos mais significativos e suas contribuições. Em 1972 houve a conferência de Estocolmo, a primeira grande reunião das nações unidas sobre o desenvolvimento e o meio ambiente humano. Em 1987, a comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento elaborou um documento popularmente conhecido como relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*. Este documento trouxe o primeiro conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como aquele capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de fazerem o mesmo (CMMAD, 1991).

No ano de 1992 houve a Cúpula da Terra, também conhecida como Rio 92, que teve como resultado um documento chamado Agenda 21, um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis que fixava três áreas de desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental, os três pilares da sustentabilidade (Elkington, 1997; Brasil, 2022; Estender *et al.*, 2008). No ano de 2012 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, popularmente conhecida como Rio+20, que tinha por objetivo reafirmar o compromisso com o desenvolvimento sustentável e traçar metas para alcançá-lo, o que resultou em um relatório chamado *O futuro que queremos* (UN, 2012). Finalmente, no ano de 2015 ocorreu a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada na cidade de Nova York. Com a participação de 193 estados membros, estabeleceu um plano global nomeado como *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*.

A agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela busca promover a parceria e estabelecer a paz entre os povos, erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, concretizar os direitos humanos, alcançar a igualdade de gênero, proteger o planeta da degradação, promover o progresso econômico em harmonia com a natureza, extinguir a fome e garantir um ambiente saudável para que todos os seres humanos tenham a possibilidade de desfrutar da prosperidade, de realização pessoal, igualdade e dignidade (ONU Brasil, 2015). Para isso, são estabelecidas 169 metas e 17 objetivos de

desenvolvimento sustentável universais, interligados e indivisíveis, a serem implementados e monitorados em nível global, nacional, regional e sub-regional.

**Quadro 1.** Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU

<b>Objetivo de desenvolvimento sustentável</b>	<b>Finalidade</b>
<b>ODS 1</b>	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
<b>ODS 2</b>	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
<b>ODS 3</b>	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
<b>ODS 4</b>	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
<b>ODS 5</b>	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
<b>ODS 6</b>	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
<b>ODS 7</b>	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
<b>ODS 8</b>	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
<b>ODS 9</b>	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
<b>ODS 10</b>	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
<b>ODS 11</b>	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
<b>ODS 12</b>	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
<b>ODS 13</b>	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
<b>ODS 14</b>	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
<b>ODS 15</b>	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
<b>ODS 16</b>	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
<b>ODS 17</b>	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU Brasil (2015), elaboração própria.

A literatura acadêmica destaca a importância de uma abordagem holística na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De acordo com Sachs (2015), a sustentabilidade deve ser compreendida não apenas em termos de desenvolvimento econômico, mas também em relação ao bem-estar social e à preservação ambiental. Ao abordar essas dimensões de forma integrada, os ODS promovem um paradigma que se distancia do desenvolvimento linear tradicional, conforme discutido por autores como Raworth (2012) que propõe o conceito de economia do donut, onde o desenvolvimento deve respeitar os limites planetários e assegurar a justiça social através da reforma de instituições políticas e econômicas para promover uma distribuição equitativa de recursos e a inclusão social.

Outro aspecto relevante é a interconexão entre os objetivos, como destacado por Le Blanc (2015). O autor argumenta que a eficácia na implementação dos ODS depende da compreensão de como as metas se influenciam mutuamente, da cooperação e coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade e da articulação institucional.

Sob a perspectiva de Sen (2018) sobre desenvolvimento humano, a expansão das capacidades e liberdades das pessoas é classificada como um fator essencial para a compreensão dos ODS, uma vez que o desenvolvimento transcende o crescimento econômico e deve incluir a melhoria das condições de vida, a capacidade de escolha e a liberdade de realizar o que se considera valioso, de modo que as políticas públicas devem ser orientadas para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de realizar suas potencialidades.

A participação da sociedade civil e a colaboração entre os diferentes setores são fundamentais para o sucesso dos ODS. Segundo Raskin (2010), a mobilização de recursos financeiros e humanos e a construção de parcerias sólidas entre governos, setor privado e sociedade civil são essenciais para enfrentar eficazmente os desafios globais. Destarte, a tabela dos ODS não deve ser vista apenas como um conjunto de metas isoladas, mas como um arcabouço dinâmico que requer uma compreensão profunda das interações entre os diversos elementos do desenvolvimento sustentável. O alinhamento das políticas públicas com esses objetivos é crucial para promover uma transformação estrutural que assegure um futuro sustentável e inclusivo para as próximas gerações.

Em conformidade com as previsões do relatório quanto a meios de implementação, parceria global, acompanhamento e avaliação (ONU Brasil, 2015), foi criado no Brasil um grupo de trabalho interministerial na busca pela concretização dos objetivos e metas, envolvendo o poder executivo federal, estados, municípios, sociedade civil, movimentos sociais, setor privado e academia. Outrossim, a agenda 2030 outorga uma maior importância e

foco ao âmbito municipal, onde os reflexos negativos da insustentabilidade são sentidos, destacando a necessidade em tomar atitudes concretas (Brasil, 2022; Carvalho, 2020).

### 2.3 CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A fundamentação teórica sobre cidadania e desenvolvimento local baseia-se em conceitos centrais das ciências sociais, políticas e da administração pública, os quais elucidam a interação e o reforço mútuo entre a participação cidadã e o desenvolvimento local. As teorias a seguir fornecem uma base sólida para compreender como a cidadania e o desenvolvimento local estão interligados e como a participação cidadã pode ser um motor para o desenvolvimento eficaz e inclusivo das comunidades.

A teoria da cidadania proposta por T.H. Marshall (1967) explora os direitos e deveres dos cidadãos em uma sociedade, diferenciando três dimensões da cidadania: civil, política e social. A cidadania civil refere-se aos direitos individuais e liberdades; a cidadania política envolve o direito de participação política e controle sobre decisões públicas; e a cidadania social abrange o acesso a recursos e serviços sociais. A participação ativa dos cidadãos em questões locais é considerada um meio para exercer essas dimensões e influenciar positivamente o desenvolvimento local.

A teoria da governança local enfoca a interação entre atores públicos e privados na administração das questões locais. Essa abordagem destaca a importância da colaboração entre governos locais, organizações da sociedade civil e o setor privado na formulação e implementação de políticas que atendam às necessidades da comunidade. O conceito de governança participativa é essencial para compreender como a inclusão dos cidadãos pode melhorar a eficácia das políticas locais (Casula, 2017).

O desenvolvimento local é teorizado como um processo de melhoria das condições econômicas e sociais de uma comunidade específica. Modelos de desenvolvimento local, como o desenvolvimento endógeno, enfatizam o uso dos recursos e capacidades locais para promover o crescimento sustentável (Barbosa, 2018). Putnam (1993) destaca o papel do capital social – redes de relacionamentos e confiança dentro da comunidade – como um fator crítico para o desenvolvimento local. O engajamento dos cidadãos e a participação ativa são vistos como fatores que fortalecem o capital social e contribuem para um desenvolvimento mais eficaz e sustentável.

A teoria da participação cidadã, abordada de forma clássica por Arnstein (1969) conforme citado por Lauria & Slotterback (2020), examina como e por que os cidadãos se envolvem em processos políticos e sociais, além de considerar os fatores que influenciam essa participação, como o nível de educação, a motivação para o engajamento e as estruturas institucionais que a facilitam ou a dificultam. O conceito de democracia deliberativa, associado

a teóricos como Jürgen Habermas (1997), enfatiza a importância do diálogo e da deliberação na tomada de decisões, promovendo uma participação cidadã mais informada e impactante.

A teoria da justiça social, associada a filósofos como John Rawls (2002) conforme citado por Pogge (2007) aborda como os recursos e oportunidades devem ser distribuídos de forma justa para garantir equidade e inclusão. No contexto do desenvolvimento local, isso implica criar políticas e práticas que considerem as necessidades de todos os segmentos da população e promovam a inclusão social.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável são definidos por 5 vezes na Agenda 2030 como integrados e indivisíveis, o que permite inferir que o resultado de um impactará diretamente no resultado do outro, não se podendo alcançar o desenvolvimento sustentável sem cumpri-los por completo (ONU Brasil, 2015).

No ano de 2022, o Brasil tinha 31,6% da população em situação de pobreza, o equivalente a 67,8 milhões de pessoas condicionadas a sobreviver com R\$21,23 por dia. Em situação de extrema pobreza havia 5,9% da população, o equivalente a 12,7 milhões de pessoas sobrevivendo com R\$6,67 por dia. Conforme observado no cenário pandêmico, as taxas de desemprego muito elevadas resultaram diretamente na queda de rendimento dos trabalhadores e no aumento da pobreza (CNN, 2023).

Ainda no mesmo ano, foram analisados os aspectos de analfabetismo, nível de instrução e evasão escolar em todo o Brasil. As estatísticas apontam que 53,2% das pessoas com 25 anos ou mais de idade concluíram a educação básica obrigatória, que compreende o ensino médio completo. Quanto aos que não concluíram a educação básica, 5% cursaram o ensino médio incompleto, 7,8% tinham o ensino fundamental completo, 28% possuíam o ensino fundamental incompleto e 6% não possuíam instrução. Acerca da evasão escolar, os dados apontam que quase 52 milhões de pessoas não completaram o ensino médio por abandono ou por nunca frequentar, apresentando, entre outras justificativas, a necessidade de trabalhar. No tocante ao analfabetismo, 5,6% da população com 15 anos ou mais era analfabeta, o que corresponde a 9,6 milhões de pessoas. Destas, cabe salientar que 5,3 milhões de pessoas viviam na região Nordeste (Rodrigues, 2023).

A partir da segmentação dos dados aplicada ao estado da Paraíba, têm-se mais da metade de sua população vivendo em situação de pobreza. Em um ranking das 27 unidades federativas, a Paraíba ocupa a quarta posição com 54,6% de sua população, o correspondente a aproximadamente 2 milhões de pessoas, vivendo com uma renda mensal de até R\$665,02 (Jornal da Paraíba, 2023).

No tocante à educação, os dados do estado da Paraíba englobam as redes pública e privada, e o estado é comparado com as demais 26 unidades da federação. Referente aos anos iniciais, o estado ocupa a 16ª posição, com um índice de 5,4. Já na análise dos anos finais, ocupa a 17ª posição, com um índice de 5,8. Quanto ao ensino médio, ocupa a 12ª posição, com um índice de 4,1 (IBGE Cidades, [s.d.]).

Finalmente, em um último fracionamento surge a observação dos dados municipais referentes à microrregião do Curimataú Oriental paraibano. Em 2021 o PIB per capita médio

era R\$9.870,81, em 2022 a proporção média de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 9,28% e considerando a média dos domicílios com rendimento mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, em 2022 54,9% da população encontrava-se nessas condições. Ademais, a taxa média de escolarização em 2010 é correspondente a 97,74%, enquanto o IDEB médio em 2023 é de 4,94 (IBGE Cidades, [s.d.]).

Embora a erradicação da pobreza e o asseguramento de uma educação de qualidade tenham sido destacadas como prioridades dos objetivos de desenvolvimento sustentável, nota-se que ainda é possível atingir o crescimento econômico e a criação de riqueza sem necessariamente se garantir uma distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da população em geral (Carvalho, 2020). Dessa forma, como os índices supracitados referentes à educação e pobreza encontram-se concomitantemente com baixas porcentagens, têm-se a aplicabilidade do proposto na Agenda 2030, quanto aos aspectos da indivisibilidade, universalidade e interligação, resultando na percepção da influência mútua entre os dois indicadores (ONU Brasil, 2015).

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, de natureza aplicada e com abordagem quantitativa. O estudo busca analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 — Erradicação da Pobreza — e ODS 4 — Educação de Qualidade —, tendo como recorte espacial a microrregião do Curimataú Oriental paraibano, composta pelos municípios de Araruna, Cacimba de Dentro, Casserengue, Dona Inês, Riachão, Solânea e Tacima. A escolha se baseia na escassez de pesquisas verificada tanto na temática da Agenda 2030 quanto na microrregião em questão.

A pesquisa é classificada como quantitativa em sua análise estatística na interpretação crítica dos dados, com enfoque dedutivo. Foi realizada uma pesquisa documental, baseada em dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas Brasil, SIDRA/IBGE, PNUD e relatórios da ONU relacionados à Agenda 2030.

A unidade de análise compreende os municípios da microrregião do Curimataú Oriental paraibano, não havendo aplicação de questionários diretamente a indivíduos, mas sim levantamento e tratamento de dados agregados referentes à população local. Utilizou-se tabelas estatísticas e quadros comparativos com base nos dados disponíveis em plataformas públicas. A construção dos instrumentos foi realizada com o auxílio de planilhas eletrônicas para tabulação dos indicadores e organização das variáveis observadas.

O passo a passo para condução da pesquisa foi: 1. Definição dos municípios da microrregião para análise; 2. Coleta de dados secundários nos portais do IBGE, SIDRA, Atlas Brasil, PNUD e documentos da ONU; 3. Organização dos dados em tabelas; 4. Análise descritiva e comparativa dos indicadores educacionais e socioeconômicos; 5. Interpretação qualitativa dos resultados com base no referencial teórico.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com observação das variações ao longo do tempo (1991–2023) e comparação entre municípios, estados e regiões. O período foi escolhido em função da disponibilidade dos dados, que apesar de antigos permitiram delinear uma cronologia para análise. A análise foi feita à luz dos princípios do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas voltadas para educação e erradicação da pobreza.

#### **4. RESULTADOS**

As tabelas a seguir apresentam os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Renda e Educação nos anos de 1991, 2000 e 2010; dos indicadores relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 4 entre os anos de 2017 e 2023; dos índices referentes a Trabalho e Rendimento, Economia e Educação entre os anos de 2010 e 2023.

**Tabela 1.** Índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil e suas macrorregiões nos anos de 1991, 2000 e 2010.

<b>Ano 1991</b>	<b>Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
Brasil	0,647	0,279	0,493
Nordeste	0,528	0,198	0,393
Norte	0,592	0,201	0,422
Centro-Oeste	0,634	0,251	0,475
Sudeste	0,666	0,329	0,534
Sul	0,653	0,318	0,531
<b>Ano 2000</b>			
Brasil	0,692	0,456	0,612
Nordeste	0,583	0,338	0,512
Norte	0,624	0,363	0,541
Centro-Oeste	0,687	0,437	0,610
Sudeste	0,717	0,518	0,658
Sul	0,714	0,518	0,663
<b>Ano 2010</b>			
Brasil	0,739	0,637	0,727
Nordeste	0,653	0,565	0,660
Norte	0,684	0,587	0,684
Centro-Oeste	0,738	0,637	0,730
Sudeste	0,761	0,671	0,754
Sul	0,766	0,669	0,756

Fonte: Atlas Brasil [s.d.], adaptado pela autora.

Os dados dispostos na tabela 1 correspondem aos índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal, avaliados no país Brasil e em suas cinco macrorregiões nos anos de 1991, 2000 e 2010. Verifica-se o aumento gradual de todos os índices em todas as regiões geográficas durante os anos avaliados.

**Tabela 2.** Indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1: Erradicação da Pobreza e 4: Educação de Qualidade, no Brasil e suas macrorregiões entre os anos de 2017 e 2023.

Indicador	Anos	BR (%)	NE (%)	N (%)	CO (%)	SE (%)	S (%)
População abaixo da linha da pobreza - internacional	2020, 2021 e 2022	6.0, 9.0 e 5.9	10.9, 17.6 e 11.8	9.1, 13.9 e 8.0	3.1, 3.8 e 2.8	3.9, 5.4 e 3.3	2.9, 3.2 e 2.5
População abaixo da linha da pobreza - nacional	2020, 2021 e 2022	31.0, 36.7 e 31.6	48.7, 57.2 e 51.0	45.3, 53.4 e 46.2	23.8, 28.6 e 21.3	22.6, 27.3 e 23.0	17.2, 19.6 e 17.1
População em situação de pobreza	2017	22.3	38.2	43.8	20.1	12.6	8.9
Pessoas afetadas por desastres	2021, 2022 e 2023	1.03, 0.44 e 0.36	0.77, 0.68 e 0.28	2.74, 1.27 e 1.36	0.23, 0.01 e 0.01	1.02, 0.28 e 0.09	0.88, 0.22 e 0.96
Medidas municipais de enfrentamento a desastres	2020	47.0	35.7	43.4	50.8	73.3	68.5
Creches e pré-escola	2019, 2022 e 2023	97.0, 95.9 e 97.1	98.3, 96.7 e 97.6	93.9, 89.9 e 92.4	94.7, 95.2 e 97.2	97.4, 97.0 e 98.1	96.9, 96.6 e 97.0
Índices de paridade	2017, 2018 e 2019	98.0, 98.0 e 99.0	99.0, 99.0 e 99.3	94.7, 94.0 e 95.0	97.3, 96.6 e 99.0	98.3, 98.7 e 99.0	98.3, 97.7 e 99.3
Infraestrutura escolar	2020, 2021 e 2022	82.46, 84.44 e 85.82	79.34, 80.84 e 82.34	68.33, 69.54 e 70.41	86.18, 87.88 e 89.16	83.47, 85.16 e 86.26	86.57, 90.67 e 91.77
Qualificação de professores	2020, 2021 e 2022	83.83, 84.68 e 85.05	78.49, 79.56 e 81.39	78.88, 79.39 e 80.14	80.34, 85.34 e 86.44	86.81, 87.33 e 87.57	86.71, 86.99 e 87.60

Fontes: ODS Brasil [s.d.], SIDRA [s.d.]; elaboração própria.

A tabela 2 corresponde aos indicadores relacionados ao cumprimento das metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável 1 - Erradicação da Pobreza e 4 - Educação de Qualidade. Os dados são referentes ao Brasil e cada uma de suas cinco macrorregiões: Nordeste (NE), Norte (N), Centro-Oeste (CO), Sudeste (SE) e Sul (S), elencados pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) com base nos dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Verifica-se que a população abaixo da linha da pobreza de acordo com os parâmetros internacionais e nacionais sofre aumento e diminuição entre os anos de 2020 e 2022, enquanto os níveis de infraestrutura escolar e qualificação de professores observados no mesmo período apenas aumentam.

O percentual de pessoas afetadas por desastres entre os anos de 2021 e 2023 diminui e permanece igual na região Centro-Oeste, sofre diminuição e aumento nas regiões Norte e Sul e apenas diminui nas demais regiões. O número de crianças em creches e pré-escolas sofre diminuição e aumento entre os anos de 2019 e 2023, exceto na região Centro-Oeste, onde apenas aumenta. Finalmente, os índices de paridade no acesso à educação observados entre os anos de 2017 e 2019 sofrem diminuição e aumento nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul; não se modificam e aumentam no Brasil e na região Nordeste; apenas aumentam na região Sudeste.

A taxa de pessoas em situação de pobreza no ano de 2017 é menor do que a de pessoas abaixo da linha da pobreza de acordo com os parâmetros nacionais, em cada ano e em cada região geográfica. Os percentuais relativos às medidas municipais para enfrentar desastres no ano de 2020 ordenam, do maior para o menor, as seguintes regiões: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Brasil, Norte e Nordeste. No entanto, os maiores percentuais de pessoas afetadas por desastres de acordo com a região geográfica seguem, do maior para o menor, a ordem: Norte, Brasil, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

**Tabela 3.** Índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal nos estados da macrorregião Nordeste nos anos de 1991, 2000 e 2010.

<b>Ano 1991</b>	<b>Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
Alagoas	0,527	0,174	0,370
Bahia	0,543	0,182	0,386
Ceará	0,532	0,204	0,405
Maranhão	0,478	0,173	0,357
Paraíba	0,515	0,191	0,382
Pernambuco	0,569	0,242	0,440
Piauí	0,488	0,164	0,362
Rio Grande do Norte	0,547	0,242	0,428
Sergipe	0,552	0,211	0,408
<b>Ano 2000</b>			
Alagoas	0,574	0,282	0,471

Bahia	0,594	0,332	0,512
Ceará	0,588	0,377	0,541
Maranhão	0,531	0,312	0,476
Paraíba	0,582	0,331	0,506
Pernambuco	0,615	0,372	0,544
Piauí	0,556	0,301	0,484
Rio Grande do Norte	0,608	0,396	0,552
Sergipe	0,596	0,343	0,518
<b>Ano 2010</b>			
Alagoas	0,641	0,520	0,631
Bahia	0,663	0,555	0,660
Ceará	0,651	0,615	0,682
Maranhão	0,612	0,562	0,639
Paraíba	0,656	0,555	0,658
Pernambuco	0,673	0,574	0,673
Piauí	0,635	0,547	0,646
Rio Grande do Norte	0,678	0,597	0,684
Sergipe	0,672	0,560	0,665

Fonte: Atlas Brasil [s.d.], adaptado pela autora.

Os dados dispostos na tabela 3 correspondem aos índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal, avaliados em cada estado da macrorregião do Nordeste brasileiro nos anos de 1991, 2000 e 2010. Assim como na análise do país e de cada uma de suas macrorregiões na tabela 1, verifica-se o aumento gradual de todos os índices em cada um dos estados durante os anos avaliados.

**Tabela 4.** Indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1: Erradicação da Pobreza e 4: Educação de Qualidade, na macrorregião Nordeste entre os anos de 2017 e 2023.

Indicador	Anos	AL (%)	BA (%)	CE (%)	MA (%)	PB (%)	PE (%)	PI (%)	RN (%)	SG (%)
População abaixo da linha da pobreza - internacional	2020, 2021 e 2022	12.2, 16.4 e 13.1	10.3, 17.0 e 11.9	9.9, 16.0 e 10.9	15.1, 22.6 e 15.0	9.8, 16.7 e 11.1	12.4, 19.4 e 11.7	9.9, 16.1 e 11.6	6.3, 14.9 e 9.4	8.4, 14.9 e 8.9

População abaixo da linha da pobreza - nacional	2020, 2021 e 2022	53.7, 60.3 e 54.2	46.6, 55.8 e 50.5	47.5, 54.6 e 50.7	57.3, 65.6 e 56.7	49.2, 56.2 e 52.7	49.2, 59.7 e 50.7	46.6, 51.8 e 48.2	41.6, 50.9 e 44.2	43.9, 55.7 e 45.6
População em situação de pobreza	2017	43.6	34.6	30.9	58.1	38.4	36.6	39.1	36.6	29.9
Pessoas afetadas por desastres	2021, 2022 e 2023	1.10, 2.72 e 1.31	1.29, 0.53 e 0.25	0.03, 0.01 e 0.05	0.22, 0.47 e 0.69	0.18, 0.00 e 0.00	0.13, 1.78 e 0.18	0.01, 0.07 e 0.01	4.76, 0,19 e 0.32	0.40, 0.66 e 0.01
Medidas municipais de enfrentamento a desastres	2020	53.9	34.3	41.3	23.0	25.1	55.7	14.7	28.1	45.3
Creches e pré-escola	2019, 2022 e 2023	96.8, 93.5 e 95.4	98.7, 98.2 e 98.7	98.1, 97.4 e 99.3	98.4, 98.0 e 98.5	96.7, 93.1 e 96.1	98.0, 95.3 e 94.2	100.0, 97.8 e 99.6	99.4, 96.3 e 99.2	98.2, 95.8 e 96.9
Índices de paridade	2017, 2018 e 2019	99.7, 99.3 e 100.0	98.3, 99.3 e 99.7	100.0, 99.7 e 99.7	98.7, 99.3 e 99.0	99.7, 99.3 e 100.0	99.3, 98.0 e 99.7	100.0, 99.3 e 100.0	100.0, 96.7 e 99.3	97.0, 99.3 e 99.7
Infraestrutura escolar	2020, 2021 e 2022	80.28, 82.13 e 84.07	73.44, 74.77 e 77.51	82.59, 83.74 e 84.67	70.35, 71.87 e 73.54	81.09, 82.20 e 82.88	81.29, 82.26 e 83.85	78.35, 79,78 e 81.16	86.39, 84.71 e 86.24	84.33, 86.15 e 86.17
Qualificação de professores	2020, 2021 e 2022	78.00, 78.15 e 81.08	73.65, 75.25 e 77.80	78.03, 78.98 e 80.25	74.65, 75.28 e 75.73	79.90, 79.68 e 81.28	81.78, 82.63 e 84.83	76.28, 78.13 e 80.70	78.50, 80.88 e 82.73	85.63, 87.10 e 88.15

Fontes: ODS Brasil [s.d.], SIDRA [s.d.]; elaboração própria.

A tabela 4 corresponde aos indicadores relacionados ao cumprimento das metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável 1 - Erradicação da Pobreza e 4 - Educação de Qualidade. Os dados são referentes a cada um dos estados da macrorregião do Nordeste brasileiro: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SG), elencados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nos dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Conforme observado na tabela 2, verifica-se que a população abaixo da linha da pobreza de acordo com os parâmetros internacionais e nacionais sofre aumento e diminuição entre os

anos de 2020 e 2022, diferentemente dos níveis de infraestrutura escolar e qualificação de professores observados no mesmo período, que apenas aumentam. Há exceção nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, que sofrem diminuição e aumento em infraestrutura escolar e qualificação de professores, respectivamente.

O percentual de pessoas afetadas por desastres entre os anos de 2021 e 2023 apresenta os aspectos de aumento e diminuição (AL, PE, PI, SG), diminuição e aumento (CE, RN), apenas diminuição (BA), diminuição e permanência (PB) e apenas aumento (MA). O número de crianças em creches e pré-escolas sofreu diminuição e aumento entre os anos de 2019 e 2023, exceto no estado de Pernambuco, onde apenas diminuiu. Finalmente, os índices de paridade no acesso à educação observados entre os anos de 2017 e 2019 sofrem diminuição e aumento (AL, PB, PE, PI, RN), diminuição e permanência (CE), aumento e diminuição (MA) e apenas aumento (BA, SG).

A taxa de pessoas em situação de pobreza no ano de 2017 é menor do que a de pessoas abaixo da linha da pobreza de acordo com os parâmetros nacionais, em cada ano e em cada estado. Os percentuais relativos às medidas municipais para enfrentar desastres no ano de 2020 ordenam, do maior para o menor, os seguintes estados: Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Piauí. Em contrapartida, os maiores percentuais de pessoas afetadas por desastres de acordo com os estados seguem, do maior para o menor, a ordem: Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Maranhão, Sergipe, Piauí, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

**Tabela 5.** Índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal nos municípios da microrregião do Curimataú Oriental paraibano nos anos de 1991, 2000 e 2010.

<b>Ano 1991</b>	<b>Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
Araruna	0,438	0,087	0,267
Cacimba de Dentro	0,399	0,061	0,236
Casserengue	0,359	0,018	0,147
Dona Inês	0,405	0,071	0,252
Riachão	0,285	0,087	0,237
Solânea	0,462	0,127	0,322
Tacima	0,393	0,087	0,261
<b>Ano 2000</b>			
Araruna	0,453	0,198	0,381
Cacimba de Dentro	0,440	0,179	0,372
Casserengue	0,392	0,119	0,305

Dona Inês	0,433	0,117	0,310
Riachão	0,431	0,167	0,362
Solânea	0,523	0,226	0,428
Tacima	0,435	0,202	0,379
<b>Ano 2010</b>			
Araruna	0,549	0,439	0,567
Cacimba de Dentro	0,551	0,419	0,564
Casserengue	0,492	0,379	0,514
Dona Inês	0,524	0,447	0,545
Riachão	0,515	0,481	0,574
Solânea	0,592	0,468	0,595
Tacima	0,513	0,450	0,551

Fonte: Atlas Brasil [s.d.], adaptado pela autora.

Os dados dispostos na tabela 5 correspondem aos índices de Renda, Educação e Desenvolvimento Humano Municipal, avaliados em cada município da microrregião do Curimataú Oriental paraibano nos anos de 1991, 2000 e 2010. Do mesmo modo que ocorre a nível de país, macrorregião e estado nas tabelas 1 e 3, verifica-se o aumento gradual de todos os índices em cada um dos municípios durante os anos avaliados.

**Tabela 6.** Índices referentes a Trabalho e Rendimento, Economia e Educação nos municípios da microrregião do Curimataú Oriental paraibano entre os anos de 2010 e 2023.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>Araruna</b>	<b>Cacimba de Dentro</b>	<b>Casserengue</b>	<b>Dona Inês</b>	<b>Riachão</b>	<b>Solânea</b>	<b>Tacima</b>
População	2022	17.189	16.064	6.889	10.380	2.927	26.774	8.010
População ocupada	2022	9,16%	6,25%	7,53%	5,97%	16,06%	11,22%	8,76%
Salário médio dos trabalhadores formais	2022	2,0 salários-mínimos	1,9 salários-mínimos	1,9 salários-mínimos	2,3 salários-mínimos	1,6 salários-mínimos	1,8 salários-mínimos	1,7 salários-mínimos
PIB per capita	2021	R\$ 9.912,59	R\$ 8.971,73	R\$ 9.298,49	R\$ 9.043,88	R\$ 9.997,84	R\$ 13.553,35	R\$ 8.317,81
Taxa de escolarização	2010	97,50%	97,20%	98,20%	98,10%	98,80%	97,40%	97%
IDEB médio	2023	4,6	4,8	5,3	5,2	5,9	4,4	4,4

Quantidade de Escolas	2023	24	27	5	17	6	32	13
Classificação: população	2023	Alta	Alta	Baixa	Média	Baixa	Alta	Baixa
Classificação: escolarização	2010	Média	Baixa	Alta	Alta	Alta	Baixa	Baixa

Fonte: IBGE Cidades [s.d.], elaboração própria.

A tabela 6 corresponde aos índices relativos a trabalho e rendimento, economia e educação, dispostos na base de dados do IBGE Cidades e avaliados entre os anos de 2010 e 2023 em cada município da microrregião do Curimataú Oriental paraibano. A seleção para análise respaldou-se na similaridade entre os indicadores supracitados e os objetivos de desenvolvimento sustentável de erradicação da pobreza e educação de qualidade.

Verifica-se que há uma dicotomia entre os níveis educacionais e populacionais. A taxa de escolarização é preliminarmente maior nas cidades de baixa e média população, com exceção do município de Tacima. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) médio demonstra o mesmo comportamento. Em contrapartida, a população mostra-se majoritariamente maior nas cidades de média e baixa escolarização.

No que concerne ainda ao âmbito educacional, nota-se que a quantidade de escolas é diretamente proporcional ao nível populacional. Em uma perspectiva econômica, o percentual de população ocupada é preponderante nos municípios com população baixa e educação baixa/média. Já o salário médio dos trabalhadores formais atinge maiores índices nas populações médias/altas e nos níveis de escolaridade médio/baixos. Por fim, o PIB per capita apresenta-se predominantemente maior nos municípios com população alta/média e educação alta/média.

## 5. DISCUSSÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida criada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de mensurar a qualidade de vida das populações em diversos países, levando em conta fatores como saúde, educação e renda. No contexto nacional, o Brasil apresenta um IDH de 0,760 (CNN, 2024), o que o classifica como um país de alto desenvolvimento humano, mas ainda distante dos índices apresentados por nações desenvolvidas como a Noruega (0,961), Suíça (0,955) e Irlanda (0,955), que se destacam por suas políticas públicas bem estruturadas e eficazes (PNUD, 2021) de acordo com os dados mais recentes do Relatório de Desenvolvimento Humano.

Para aprofundar a análise das desigualdades internas, o Brasil adotou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que utiliza os mesmos critérios do IDH, mas adaptados para refletir a realidade local. Segundo Atlas Brasil [s.d.], este indicador permite identificar de forma mais precisa as disparidades dentro do território brasileiro, destacando os pontos críticos que demandam maior atenção. A análise dos dados dos municípios que compõem o Curimataú Oriental paraibano — Araruna, Casserengue, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Riachão, Solânea e Tacima — revela IDHMs que variam entre 0,550 e 0,630, classificados como médio desenvolvimento humano. Esses valores refletem um cenário preocupante: apesar de alguns avanços pontuais em políticas públicas e programas sociais, essa microrregião ainda enfrenta sérios obstáculos socioeconômicos, especialmente em relação aos indicadores de renda e educação.

Ao comparar esses dados com os de países de IDH elevado, evidencia-se o abismo social existente. Enquanto os países desenvolvidos investem continuamente em inovação, inclusão e sustentabilidade (Filippe, 2024), regiões similares à estudada ainda sofrem com a escassez de recursos, infraestrutura precária e baixa escolaridade. Essa realidade evidencia a permanência de um modelo de desenvolvimento desigual, concentrado nos grandes centros urbanos, em detrimento das regiões semiáridas do interior do Nordeste (Silva *et al.*, 2000). Tais aspectos comprometem diretamente o alcance das metas propostas pela Agenda 2030 da ONU, especialmente aquelas ligadas à erradicação da pobreza (ODS 1), educação de qualidade (ODS 4) e redução das desigualdades (ODS 10) (ONU Brasil, 2015).

A microrregião do Curimataú Oriental paraibano está inserida no semiárido: uma vasta região do Brasil que pode ser entendida pelo perfil climático ou pelo perfil região, anteriormente conhecida por nomenclaturas como Polígono das Secas (Costa, 2021). A natureza dessa região foi classificada por muitos como improdutiva, hostil e marcada pela fome populacional (Aguiar

*et al.*, 2019; Ribeiro, 1999). De modo geral, as políticas públicas no semiárido se mostram relevantes, mas muito abaixo do necessário para que haja transformação, o que elucida o carecimento crescente de políticas públicas voltadas para as particularidades do semiárido (Aguiar *et al.*, 2019; Azevêdo, 2015). Somente com um olhar sistêmico e planejado será possível aproximar essas localidades das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo um desenvolvimento equitativo e sustentável (ONU Brasil, 2015).

Dessa forma, observa-se que os indicadores de desenvolvimento humano analisados cumprem um papel fundamental ao evidenciar as desigualdades e orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes, justas e inclusivas. Destaca-se a relevância do Estado na formulação e implantação de políticas públicas para tratar as especificidades do semiárido (Aguiar *et al.*, 2019), valorizando as potencialidades locais e enfrentando as limitações estruturais que ainda marcam a região estudada.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta pesquisa analisou os indicadores referentes à erradicação da pobreza e à qualidade educacional nos municípios da microrregião do Curimataú Oriental paraibano, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A baixa taxa de escolarização, aliada à precariedade da renda e de infraestrutura básica, reforça um ciclo de desigualdade que compromete diretamente o alcance das metas da Agenda 2030 no território em questão.

Embora os dados indiquem progresso em alguns indicadores, como IDEB e PIB per capita, ainda há um caminho expressivo a percorrer no tocante à superação da pobreza e à universalização da educação de qualidade. A persistência de um modelo de desenvolvimento concentrado nos grandes centros urbanos e a escassez de políticas públicas direcionadas ao semiárido agravam ainda mais o quadro social e educacional dessas localidades.

Destacam-se como limitação à pesquisa a desatualização presente nas bases de dados, considerando que os dados mais recentes de determinados índices analisados correspondem aos anos de 2010 (Atlas Brasil – Tabelas 1, 3 e 5) e 2017 (ODS Brasil e SIDRA – Tabelas 2 e 4). Além disso, não há disponibilidade de dados referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abordados nas tabelas 2 e 4 a nível municipal.

A pesquisa reitera a relevância de ações intersetoriais, bem estruturadas e abrangentes para promover um desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Evidencia-se a urgência em desenvolver políticas públicas efetivas, que levem em conta as particularidades regionais e incentivem a participação ativa dos cidadãos, o que é essencial para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Destarte, para que a implementação da Agenda 2030 ocorra de maneira eficiente é vital que as iniciativas sejam descentralizadas e adaptadas às circunstâncias locais, garantindo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam atingidos de uma forma integrada, inclusiva e transformadora.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luane Conceição et al. **As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura**. Revista Econômica do Nordeste, v. 50, n. 2, p. 9-22, 2019.
- ALHO, Cleber JR. **Importância da biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica**. Estudos avançados, v. 26, p. 151-166, 2012.
- AZEVÊDO, A. C. **Verso e reverso das políticas públicas de água para o semiárido brasileiro**. Revista Política e Planejamento Regional, v. 2, n. 2, p. 373-392, 2015.
- BARBOSA, Tayla Nayara. **Desenvolvimento local: uma análise crítica dos paradigmas e dos impasses**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- BARRO, R. J., & SALA-I-MARTIN, X. (2004). **Economic Growth**. MIT Press.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- CARSON, Rachel. **Silent spring**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- CARVALHO, Francisco Toniolo de. **A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU e seus atores: o impacto do desenvolvimento sustentável nas relações internacionais**. Confluências, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 5-19, 2020.
- CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. **Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social**. Psicologia: ciência e profissão, v. 30, p. 146-161, 2010.
- CASULA, Mattia. **Quem governa na governança (local)? Reflexões teóricas e evidências empíricas**. Revista de Administração Pública, v. 51, p. 1121-1138, 2017.
- CLAUDINO, A. C. et al. **Análise multicritério para avaliar a qualidade de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios do Curimataú Oriental Paraibano, Brasil**. Revista DAE, v. 69, p. 68-85, 2021. DOI: 10.36659/dae.2021.078.
- CNN BRASIL. **Brasil tem melhora no IDH, mas retrocede em ranking da ONU em 2022**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-melhora-no-idh-mas-retrocede-em-ranking-da-onu-em-2022/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CNN BRASIL. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, diz IBGE**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pobreza-cai-para-316-da-populacao-em-2022-diz-ibge/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, Carlos Augusto de Lima. **Semiárido paraibano: Uma revisão territorial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias, Areia, 2021.

COSTA, Luana Penedo da. **Indicadores de Sustentabilidade**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DALY, Herman. **For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future**. Boston: Beacon Press, 1994.

DALY, Herman. **Steady-State Economics: concepts, questions, policies**. Gaia, v. 1, p. 333-338, 1992.

DALY, Herman; FARLEY, Joshua. **Ecological economics: principles and applications**. Island press, 2011.

DIANA, Daniela. **O que é Interação Social?**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-interacao-social/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed., 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.

ELKINGTON, John; ROWLANDS, Ian H. **Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business**. Alternatives Journal, v. 25, n. 4, p. 42, 1999.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. Revista Terceiro Setor & Gestão de Anais-UNG-Ser, v. 2, n. 1, p. 22-28, 2008.

FILIPPE, Marina. **Crescimento econômico depende de inovação, inclusão e sustentabilidade, diz Fundação Dom Cabral**. Exame, 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/crescimento-economico-depende-de-inovacao-inclusao-e-sustentabilidade-diz-fundacao-dom-cabral/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997. v. I e II.

IAQUINTO, Beatriz Oliveira. **A sustentabilidade e suas dimensões**. Revista da ESMESC, v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1: Erradicação da Pobreza**. ODS Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>. Acesso em: 1 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade**. ODS Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=4>. Acesso em: 1 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do estado da Paraíba**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Araruna - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/araruna/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Cacimba de Dentro - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cacimba-de-dentro/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Casserengue - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/casserengue/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Dona Inês - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Riachão - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/riachao/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Solânea - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/solanea/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Tacima - PB**. IBGE Cidades, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/tacima/panorama>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 5817: Indicador 1.1.1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5817>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 5877: Indicador 1.2.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5877>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 9769: Indicador 1.2.2 - Proporção da população com algum grau de pobreza multidimensional**

e **Índice de pobreza multidimensional**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9769>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6689: Indicador 11.5.1 (também se aplica aos indicadores 1.5.1 e 13.11.1) - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6689>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6673: Indicador 11.b.2 (também se aplica aos indicadores 1.5.4 e 13.1.3) - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6673>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 4734: Indicador 4.2.2 - Taxa de participação das pessoas de 5 anos de idade no ensino organizado, por sexo**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4734>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6674: Indicador 4.5.1 - Índice de paridade de frequência à escola das pessoas de 5 anos de idade, por sexo e situação do domicílio com indicação do coeficiente de variação**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6674>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 7783: Indicador 4.a.1 - Proporção de escolas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, do ensino médio, por infraestrutura das escolas**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7783>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 7981: Indicador 4.c.1 - Proporção de docentes que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino**. SIDRA, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7981>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Atlas Brasil, [s.d.]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

JORNAL DA PARAÍBA. Mais da metade da população da Paraíba vive em situação de pobreza. **Jornal da Paraíba**, 2023. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/economia/mais-da-metade-da-populacao-da-paraiba-vive-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em: 28 mar. 2025.

KING, Ney Cesar de Oliveira; LIMA, Edson Pinheiro de; COSTA, Sérgio Eduardo Gouvêa da. **Produtividade sistêmica: conceitos e aplicações**. Production, v. 24, p. 160-176, 2014.

LAURIA, Mickey; SLOTTERBACK, Carissa Schively (Ed.). **Learning from Arnstein's ladder: From citizen participation to public engagement**. Routledge, 2020.

LE BLANC, David. **Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets**. Sustainable Development, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de professor, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

MANNKIW, Gregory N. **Princípios de Macroeconomia**. 6ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Zahar, 1967.

MEADOWS et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MORETTO, Cleide Fátima; GIACCHINI, Jussara. **Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável**. Texto para discussão, n. 06, 2006.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15 mar. 2025

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: Marshall, Pareto e Durkheim**. São Paulo: Vozes, v1, 2010.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022: tempos incertos, vidas instáveis - moldando o nosso futuro num mundo em transformação**. Brasília: PNUD, 2021. Disponível em: <https://hdr.undp.org>. Acesso em: 9 jan. 2025.

POGGE, Thomas. **John Rawls: His life and theory of justice**. Oxford University Press, 2007.

PUTNAM, Robert D. **The prosperous community**. The American prospect, v. 4, n. 13, p. 35-42, 1993.

RASKIN, Paul. **Great transition: The promise and lure of the times ahead**. 2010.

RAWORTH, Kate. **A safe and just space for humanity: can we live within the doughnut?** Oxfam, 2012.

RIBEIRO, R. W. **Seca e determinismo: a gênese do discurso do semiárido nordestino**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. Rio de Janeiro, v. 22, p. 60-91, 1999.

RODRIGUES, Léo. **IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ROSA, Eliel Matias da. **ISO 26000: o que você precisa saber**. Instituto Brasileiro de Sustentabilidade, 2020. Disponível em: [inbs.com.br/iso-26000-o-que-voce-precisa-saber/](https://inbs.com.br/iso-26000-o-que-voce-precisa-saber/). Acesso em: 19 mar. 2025.

RUTHERFORD, I. **Use of Models to link Indicators of Sustainable Development**. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds.) *Sustainability Indicators: report of the project on indicators of sustainable development*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento Sustentável, Bio-Industrialização Descentralizada e Novas Configurações Rural-Urbanas. Os casos da Índia e do Brasil**. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.) *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

SACHS, Jeffrey D. **The age of sustainable development**. Columbia University Press, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SETTON, Maria Graça Jacintho. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 04, p. 711-724, 2011.

SILVA, A. de S. et al. **Desenvolvimento sustentado no semi-árido brasileiro: um estudo de caso**. SÁ, IB; CORREIA, RC; SOUZA, RA de; RICÉ, GR; FOTIUS, GA Avaliação de ações prioritárias para conservação do bioma caatinga. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2000. p. 17-20., 2000.

SUKHDEV, Pavan; SHARMA, K. **A economia dos ecossistemas e da biodiversidade: integrando a economia da natureza, uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB**. [SI]: UNEP. Nairobi: Teeb/Pnuma, out, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. **The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future**. W.W. Norton & Company, 2012.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (UICN). **Estratégia de Conservação Mundial**. 1980.

UNITED NATIONS. **Global Sustainable Development Report (GSDR) 2023**. United Nations, 2024. Disponível em: <https://sdgs.un.org/gsdrgsd2023>. Acesso em: 8 fev. 2025.

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20**. Sustainable Development Knowledge Platform, 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>. Acesso em: 9 mar. 2025.

VAN BELLEN, Hans Michael. **As Dimensões do Desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação**. *Revista de Ciências da Administração*, v. 12, n. 27, p. 143-168, 2010.

VENTURINI, Lauren Dal Bem. **O modelo Triple Bottom Line e a sustentabilidade na administração pública: pequenas práticas que fazem a diferença**. 2015.

## APÊNDICE A

**Tabela 7.** Indicadores Brasileiros para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1: metas relacionadas e status dos dados

Meta Relacionada	Índice	Indicador Relacionado	Status
1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia	População abaixo da linha da pobreza - internacional	1.1.1 Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza extrema, por sexo, idade, status de ocupação e localização geográfica (urbano/rural).	Produzido
1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	População abaixo da linha da pobreza - nacional	1.2.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).	Produzido
	População em situação de pobreza	1.2.2 - Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais.	Produzido
1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	Beneficiários de programas assistenciais	1.3.1 - Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis	Em análise/construção
1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham	Domicílios com acesso a serviços básicos	1.4.1 - Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos	Em análise/construção

direitos iguais a recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e a outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	Direito à terra garantido	1.4.2 - Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse	Em análise/construção
1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais	Pessoas afetadas por desastres	1.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes	Produzido
	Perdas econômicas atribuídas a desastres	1.5.2 - Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global	Produzido
	Redução do risco de desastres	1.5.3 - Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030	Produzido
	Medidas municipais de enfrentamento à desastres	1.5.4 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres	Produzido
1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os	Recursos destinados a programas de redução da pobreza	1.a.1 - Proporção de recursos gerados domesticamente alocados pelo governo diretamente a programas de redução de pobreza	Em análise/construção
	Despesas públicas com serviços essenciais	1.a.2 - Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)	Em análise/construção

---

países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

---

1.b Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Gastos sociais

1.b.1 - Proporção das despesas governamentais recorrentes e de capital em setores que beneficiam desproporcionalmente mulheres, grupos pobres e vulneráveis

Em análise/construção

Fonte: ODS Brasil [s.d.], elaboração própria.

## APÊNDICE B

**Tabela 7.** Indicadores Brasileiros para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: metas relacionadas e status dos dados

Meta Relacionada	Índice	Indicador Relacionado	Status
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	Português e Matemática no Ensino Básico	4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo	Em análise/construção
4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário	Crianças com desenvolvimento adequado	4.2.1 - Proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo	Sem dados
	Creches e pré-escola	4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo	Produzido
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade	Educação de jovens e adultos	4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo	Sem dados
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para	Manejo de Tecnologias; TIC	4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade	Sem dados

emprego, trabalho decente e empreendedorismo			
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	Índices de paridade	4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados	Produzido
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	Aprendizado de Português e Matemática	4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo	Sem dados
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	Educação para Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável	4.7.1 - Em que medida (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos professores e d) avaliação dos alunos	Em análise/construção
4.a Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que	Infraestrutura escolar	4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos;	Produzido

proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos

(d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH)

4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

Bolsas de estudo governamentais

4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo

Não se aplica ao Brasil

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Qualificação de professores

4.c.1 - Proporção de professores (a) na pré-escola; (b) nos anos iniciais do ensino fundamental; (c) nos anos finais do ensino fundamental; e (d) no ensino médio, que receberam pelo menos a formação mínima (por exemplo: formação pedagógica), antes ou durante o exercício da profissão, requerida para lecionar num determinado nível de ensino num dado país

Produzido

Fonte: ODS Brasil [s.d.], elaboração própria.